



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JESIKA MARIA LACERDA ALVES

**ABORDAGENS METODOLÓGICAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL SOBRE QUESTÕES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA (LEI
10.639/03)**

CAJAZEIRAS-PB
2017

JESIKA MARIA LACERDA ALVES

**ABORDAGENS METODOLÓGICAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL SOBRE QUESTÕES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA (LEI
10.639\03)**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins Joca.

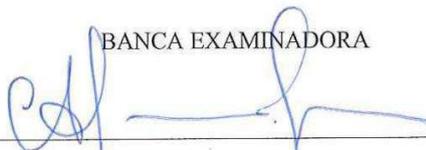
CAJAZEIRAS – PB
2017

JESIKA MARIA LACERDA ALVES

ABORDAGENS METODOLÓGICAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOBRE QUESTÕES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA (LEI 10,639\03)

Aprovada em 04 de setembro 2017

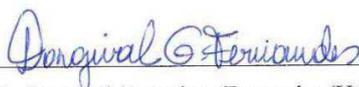
BANCA EXAMINADORA



Dr. Alexandre Martins Joca (UAE/ CFP/ UFCG)
(Orientador)



Ms. Maria Thais De Oliveira Batista (UAE/ CFP/ UFCG)
(Examinadora)



Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes (UAE/ CFP/ UFCG)
(Examinador)

Dr. Risomar Alves dos Santos (UAE/ CFP/ UFCG)
(Suplente)

CAJAZEIRAS-PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

A474a Alves, Jesika Maria Lacerda.

Abordagens metodológicas de professoras da educação infantil sobre questões africanas e afro-brasileira (Lei 10.639/03) / Jesika Maria Lacerda Alves. - Cajazeiras, 2017.

55f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins Joca.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

Dedico este trabalho a meus pais que sempre me apoiaram nessa jornada em busca de meus sonhos, com os ensinamentos, os valores e todo amor que me fizeram seguir sempre em frente.

A meu grande amor, meu esposo Erismar Nunes que estive ao meu lado com muito companheirismo, carinho e dedicação. E aos muitos amigos e amigas que mostraram o verdadeiro sentido da amizade no decorrer das dificuldades, tristezas e decepções ocorridas durante este percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida, por todas as graças que venho alcançando em minha vida, por me proporcionar muitos momentos de felicidades e glórias. E acima de tudo, por me conceder uma imensa fé que me fortalece e me ajuda a seguir sempre em frente e não desistir dos meus sonhos.

Ao Pai eterno por me proporcionar a honra de cursar este curso de Pedagogia e por ter conquistado e ganhado grandes amigos verdadeiros durante todo este percurso de muito esforço e dificuldades.

Também a toda equipe docente deste curso, que além de transmitir os seus conhecimentos me ajudou a não desistir do tão sonhado diploma e valorizar cada minuto de aula, contribuíram para minha formação profissional.

A toda minha família, primeiramente por ser à base de tudo, meu alicerce e pela força e crença de que eu iria conseguir realizar o meu sonho e de meus pais, por toda motivação prestada para que eu não desistisse jamais.

A minha mãe Lucineide (Lena) por ter me ensinado que na vida sempre teremos obstáculos, mas não devemos jamais baixar a cabeça diante deles e sim sermos fortes e enfrenta-los com muita fé em Deus. Ao meu pai Geraldo por acreditar em minha capacidade, ao meu avô Lázaro por todo carinho, a minha tia Lucenilda pela hospedagem e dedicação para comigo, ao meu irmão Pedro Neto e ao meu grande amor, meu esposo Erismar Nunes que sempre me ofereceu muita força e dedicação para que eu seguisse em frente com meu sonho.

Aos meus amigos e companheiros de jornada Flávia Rejane, Ivan Cleidson, Josicleia Araujo pela estadia oferecida nos momentos em que precisei e a sua mãe Dona Dinha que sempre nos recebeu com muito carinho e atenção, Manuela Moura, Romário Ruân, Tatiane Rodrigues que sempre estiveram ao meu lado durante todos os momentos bons e ruins do nosso curso, e em todas as dificuldades encontradas neste percurso.

Em especial a minha amiga “irmã” Flavia Rejane que sempre esteve a minha disposição para ouvir minhas angústias e me acalmar com seus conselhos e carinho.

E por fim, ao meu orientador Alexandre Martins Joca por me orientar neste trabalho com compromisso e motivação, transmitindo seus conhecimentos necessários de forma significativa.

Muito obrigado!

RESUMO

O estudo tem como objetivo investigar as metodologias utilizadas por professores da educação infantil para trabalhar as relações ético-raciais na escola. Além de uma análise dos documentos institucionais no intuito de observar como estão inseridas as questões ético-raciais na escola, busco compreender a percepção dos professores da educação infantil sobre as questões ético-raciais no espaço escolar. O lócus escolhido para investigação foi uma escola de educação infantil e ensino fundamental I da cidade de Pombal-PB no sertão Paraibano. O estudo consiste em uma pesquisa qualitativa por meio da realização de entrevista semiestruturada com três professoras da educação infantil. O estudo revelou que para que haja uma efetiva implementação da lei 10.639\03 faz-se necessário ainda esclarecimentos a seu respeito, mais conhecimento, intensão e interesse dos educadores para transmissão das questões étnico-raciais na educação, uma vez que este saber sobre as nossas culturas e respeito à diversidade deve iniciar desde cedo nos pequenos para formação de uma sociedade preparada para diversidade. Além de, após todos os esclarecimentos e conhecimentos adquiridos pelos professores, faz-se necessário uma revisão em suas metodologias, procurando direcioná-las para estas questões da etnia, raça, respeito, gênero, entre outros.

Palavras-chaves: Educação infantil; relações étnico-raciais; metodologias.

ABSTRACT

The study aims to investigate the methodologies used by pre-school teachers to work ethical-racial relations in school. Besides an analysis of the institutional documents in order to observe how the ethical-racial issues are inserted in the school, I try to understand the perception of the teachers of the children's education on the ethical-racial issues in the school space. The locus chosen for research was a kindergarten and elementary school I in the city of Pombal-PB in the Paraíba hinterland. The study consists of a qualitative research through the realization of a semistructured interview with three teachers of early childhood education. The study revealed that in order to have an effective implementation of the law 10,639 \ 0 it is necessary to clarify more about it, more knowledge, intension and interest of educators in the transmission of ethnic-racial issues in education, since this knowledge about the Our cultures and respect for diversity must begin at an early age in the small for the formation of a society prepared for diversity. Besides, after all the clarifications and knowledge acquired by the teachers, it is necessary to revise their methodologies, seeking to direct them to these questions of ethnicity, race, respect, gender, among others.

Keywords: Child education; Ethnic relations; Methodologies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: aspectos históricos e socioculturais	13
1.1 Da escravidão à abolição	14
1.2 O movimento Negro no Brasil e a luta contra o racismo	17
2. QUESTÕES ETNICORRACIAIS E EDUCAÇÃO: educação escolar para a população negra	20
2.1 Exclusão educacional	21
2.2 A educação como um direito	22
2.3 Os estudos culturais e o multiculturalismo	24
2.4 As políticas Afirmativas Ético-raciais e a LEI 10.639/03	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4. A abordagem das questões africanas e afro-brasileira na educação infantil: práticas metodológicas docentes	29
5. CONSIDERAÇÕES	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar quais as metodologias utilizadas por professores da educação infantil para trabalhar as relações ético-raciais na escola. Além de analisar os documentos institucionais no intuito de observar como estão inseridas as questões ético-raciais na escola, busco também compreender a percepção dos professores da educação infantil sobre as questões ético-raciais no espaço escolar. E assim, investigar seus procedimentos metodológicos voltados à abordagem educativa das questões africanas e afro-brasileira, no âmbito da lei 10.639\03.

Vivemos em uma sociedade ainda excludente, onde a ideia da miscigenação ocorre de forma mascarada, apesar da atuação do Movimento Negro e as formulações de políticas públicas que nos proporcionam um vasto entendimento e aceitação de todas as raças, gêneros e culturas.

O interesse é, também, entender como a Lei 10.639\03 funciona na realidade educacional. Essa curiosidade surgiu pelo fato de desde pequena conviver com familiares preconceituosos, e também depois de ter tido a oportunidade de participar de várias discussões sobre o tema abordado na disciplina de “Educação Cultural e Diversidade” durante o meu curso de Licenciatura em Pedagogia. Essas experiências me despertaram o interesse ao tema das relações ético-racial na escola.

Diante disto, percebe-se que na educação ainda encontramos fragilidades, na qual as questões da cultura e da história da comunidade negra foi excluída dos currículos escolares durante muito tempo e ainda hoje a educação é voltada para os costumes, tradições e valores de uma elite branca, de poder.

Com isso, pode-se constatar uma grande relevância de se trabalhar os estudos ético-raciais na educação, pois precisamos vivenciar a miscigenação verdadeiramente sem máscaras que escodem o preconceito que ainda existe em nossa sociedade e na escola que podemos começar a mudar este pensamento elitista, colonial, racista, existente em nosso país e na nossa educação.

Ainda existe a necessidade das escolas tratar as questões ético-raciais com mais compromisso, dedicação durante todo ano letivo, acatá-la em seu currículo e vivenciar não somente no dia da “Consciência Negra”, mas em cada dia e minuto de aula, na convivência com o alunato e profissionais da instituição, pois só assim teremos uma sociedade mais justa e menos racista.

Em virtude dos fatos mencionados formulou-se a problemática na qual indaga os seguintes questionamentos: porque mesmo com o Movimento Negro Brasileiro, que conseguiu muitas conquistas como o respeito à etnia racial, a implementação da História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, entre outras, ainda vivemos numa sociedade excludente, preconceituosa? Por que ainda temos uma educação racista?

Em virtude do que foi mencionado formulou-se as seguintes discussões, no intuito de conseguir atingir o objetivo da pesquisa: “*RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: aspectos históricos e socioculturais*” e “*QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: educação escolar para a população negra*”, visando assim esclarecer algumas dúvidas sobre as questões étnicas no nosso país e como está sendo trabalhada na educação e, em especial, na educação infantil, onde se inicia os princípios de um cidadão.

Para obter uma compreensão desses temas foram adotados algumas reflexões teóricas dos seguintes autores: Ausani; Pommer (2015); Barreto [et al.] (2013); Bento (2012); Bosi (1992); Cavaleiro (2000-2001); Dellam (2012); Moreira; Candu (2008); Paula; Herlnger (2009); Resende (2011); Ribeiro(2002); Rodrigues (2010); Santos (2005); Santomé (1995); Silva (2010); Veiga (1995) e um documento Brasil (2014).

A metodologia adotada visando obter dados para compreensão do objeto estudado foi uma pesquisa exploratória, desenvolvida em uma escola pública de ensino infantil e fundamental I, localizada na cidade de Pombal-PB. Os sujeitos pesquisados foram três professoras da educação infantil e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista semiestruturada. A escolha desse tipo de entrevista se deu por “ela admitir uma interação entre entrevistador e entrevistado, além das descrições dos dados ser mais delineadas” (OLIVEIRA, 2008. p.86- 87), seguindo um roteiro de pesquisa e por ser um instrumento que permite o contato direto com o entrevistado e a descrição dos dados adquiridos é mais delineada.

Com tudo a pesquisa estrutura-se em cinco capítulos da seguinte maneira: O primeiro capítulo- *RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: aspectos históricos e socioculturais* - relata um breve histórico da escravidão à abolição, o movimento Negro no Brasil e a luta contra o racismo.

O segundo capítulo – *QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: educação escolar para a população negra* - aborda as questões étnicos raciais, a educação escolar para a população negra, a exclusão educacional; a educação como um direito, os estudos culturais e o multiculturalismo, as políticas Afirmativas Étnico-raciais e a LEI 10.639/03.

O terceiro capítulo - aborda os procedimentos metodológicos referindo-se ao tipo de metodologia abordada na pesquisa e quais os sujeitos da pesquisa, introduzindo a função da metodologia.

O quarto capítulo- refere-se às análises de dados conforme as reflexões e argumentos de alguns teóricos a respeito do tema, proporcionando assim uma relação entre as opiniões das professoras e o tema abordado.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa, onde faço algumas reflexões acerca das metodologias utilizadas pelos professores na abordagem sobre questões étnico-raciais na educação infantil.

1. RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS.

A sociedade brasileira pauta-se na ideologia do embranquecimento da sua população, mascarando, por sua vez, o racismo e preconceito existentes em nosso país, estabelecendo ao povo negro uma convivência subordinada a uma identidade desconhecida. Além de mistificar a ideia da não existência de raças no Brasil, que por sua vez acaba eliminando os debates sobre racismo, restringindo a questão de conflitos existentes entre negros e brancos.

A ideologia do embranquecimento talvez seja uma das mais cruéis expressões do racismo no Brasil; primeiro, favorece a falta de identidade de uma raça imputando-lhe um outro modo de identificação que não corresponde a sua essência e, ainda, a ideologia do embranquecimento retira do cenário nacional a discussão da questão racial, visto que defende a idéia de ausência de raças e faz apologia da existência da cordialidade entre brancos e negros, excluindo a possibilidade de conflitos. Contudo, apenas o branco é sinônimo de valores positivos, desde os valores mais elementares do cotidiano, como aqueles relacionados ao *status* social. Se o negro quiser fazer parte do estrato superior deverá abdicar da sua raiz "inferior" e tomar-se "branco". O processo de branqueamento inclui negação das características não-nobres e adesão a valores dominantes. (SILVA, 2000,p. 104)

Vivemos ainda numa sociedade racista e preconceituosa, que tenta mascarar tudo o que acontece no meio social como a ideia da miscigenação no Brasil quando na verdade existem conflitos entre brancos e negros que vivem sobre pressão, subordinados a seguir uma cultura que os desfavorece, esquecendo seus valores, suas identidades próprias.

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo teria conservado enorme entre casa-grande e a mata tropical; entre casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelo feito social da miscigenação (FREYRE, 1989, p. 1apoud SOUZA, 2013, p. 04).

A sociedade brasileira é formada por várias culturas, mas ainda se tem uma visão no singular, a partir da cultura eurocêntrica, quando é retratada, uma forma homogênea de se pensar, com base na cultura europeia, mas ao discutir-se sobre a mesma é necessário vê-la como uma cultura heterogênea considerando a diversidade étnica (cultura indígena, cultura negra, cultura branca, culturas mestiças) ou do termo social (cultura do rico, cultura do pobre, cultura burguesa, etc.).

Com isso, não se pode restringir o Brasil com uma única cultura e necessita-se reconhecer as culturas dos diversos povos (portugueses, africanos, ameríndios) que constituem o povo brasileiro, para assim desconstruir a ideia de unificação da sociedade e para isso é necessário superar o racismo existente nela. Os povos negros (africanos e afro-brasileiros) precisam ser reconhecidos e merecem ver reconhecida a contribuição da sua cultura. Isso exige que reconheçamos a existência dessa cultura e que possamos enxergá-la com um olhar de igualdade, sem impor a adoção e a vivência da cultura branca, europeia, sendo obrigados a esquecer da sua, mas ser entendido e compreendido como seres racionais, críticos que também possuem seus próprios valores e tradições.

1.1 Da escravidão à abolição.

Historicamente falando o Brasil foi “descoberto” pelos portugueses em 1500, quando a frota comandada por Pedro Álvares Cabral desembarcou no território até em tão desconhecido pelo próprio Cabral. Porém este termo “descoberto” é utilizado de forma eurocêntrica uma vez que já se existia habitantes em nossas terras. Por isto que o período de colonização do Brasil foi violento, os europeus ocuparam o território brasileiro e ainda escravizaram nosso povo, tirando-os a sua dignidade, sua forma de pensar e sua cultura.

[...], o período colonial foi violento física e epistemologicamente. Este período resultou num apagamento da história dos povos colonizados e numa tentativa de “branqueamento” das suas culturas e organizações de vida e de pensamento. (SANTOS, 2005. p.03)

Segundo Bosi (1992. p.15), “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais”, ou seja, é algo dominador que além de extrair as riquezas naturais dissimula as culturas e hábitos de um povo.

Ainda neste período de colonização e exploração, o Brasil passou pelo período de escravidão, iniciando-se ainda com os índios que foram obrigados a trabalhar na exploração das nossas riquezas sem nenhuma dignidade, com uma péssima qualidade de vida, que resultava em muitas mortes, e com isto foi ocasionado o tráfico de negros africanos para comercialização destes, como forma de restituir os índios que por sua vez estavam escassos.

A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização. Somente ela guardou, nos primeiros tempos, a feição portuguesa de fenômeno secundário, limitado ao serviço doméstico. Surgiu como problema brasileiro quando, faltando o índio que sucumbia ou era protegido pelos jesuítas, e começando a escassear os braços para a lavoura e, mais tarde, para o trabalho das minas, se criou um comércio de escravos direto, entre a nova Colônia e a África. O grande tráfico iniciou-se pouco menos de uns 50 anos após a descoberta do Brasil com alguns navios, por particulares, enviados à África. (RODRIGUES, 2010. p. 20)

Os povos africanos foram tratados como um objeto de comércio, e assim como os índios aqui do Brasil perderam sua liberdade, tiveram sua cultura dissimulada, eram explorados fisicamente e agredidos desumanamente, não tinham uma vida com dignidade.

A escravidão no Brasil durou cerca de 400 anos e toda riqueza explorada por Portugal foi produzida e extraída pelas mãos escravas, não somente a exportada, mas a riqueza que aqui foi construída quando o Brasil se tornou independente do país que o colonizou. O povo escravizado foi responsável também pela grande produção agrícola e pecuária do nosso país, além das construções urbanas.

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas Cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiros que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006. p.65).

O período de escravidão foi um fato histórico no qual o povo africano escravizado proibido de viver seus costumes em seu habitat, foram os verdadeiros guerreiros, heróis da nossa história, pois tiveram uma contribuição para construção do nosso país.

Sendo assim, a escravidão não só contribuiu para o engrandecimento da economia do Brasil, como também para a desigualdade social, racial e valores existentes até os dias atuais. Foi através da escravidão que iniciou a discriminação racial, se referindo à cor de pele na qual se valorizava os brancos e aos negros eram atribuído total desprezo, passando assim, a estabelecer lugares propícios apenas para brancos.

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006. p.66-67).

Pode-se perceber que a desigualdade social em nosso país provém desde a colonização e que está presente até os dias atuais em alguns momentos sendo mascarada e em outros é bem explícito, na qual se acredita na miscigenação, na abolição do preconceito e na igualdade social.

Mesmos com a lei 10.639\03, que aprova o ensino da cultura Afro-brasileira na educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio e superior, a lei 7.716, que o racismo e preconceito passam a ser considerado crime no Brasil e as políticas educacionais que formularam as cotas para negro, afros descendentes e indígenas terem direito ao engajamento nas universidades públicas federais, o racismo ainda torna-se presente na vida e cotidiano da população, isto por está enraizado desde a época da invasão do Brasil pelos Portugueses com a escravidão vivenciada durante muitos séculos, na qual os povos negros eram vistos como seres monstruosos sem cultura, costumes e religião, por sua vez seriam incapazes de raciocinar, além de possuir uma pele de cor considerada impura.

Mananga; Gomes (2005), afirmam que “o racismo é um comportamento, uma ação resultante de aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoa que possui um percentual racial observável por meio dos sinais tais como: cor da pele, cabelo e etc.” Isto por que o significado de racismo se ressalta a partir de que existe o preconceito racial, em se refere ao pré-julgamento de uma pessoa com pele negra, por exemplo. E a discriminação racial, na qual se reporta a prática do racismo.

É comum nos depararmos com pessoas consideradas racistas, mas que não admitem o seu preconceito camuflando-o, por saberem que o mesmo é tido nos dias atuais como crime de acordo com a Lei 7.716 que criminaliza o racismo. Porém em alguns casos torna-se visível o preconceito por meio de indiretas ou até piadas racistas que causam constrangimentos.

De acordo com Santos (2001), “O racismo ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais”. O

negro no Brasil sofre o racismo constantemente por causa da sua cor, cabelos crespos, modo de se vestir, costumes e culturas africanas que o caracteriza, mas que não o torna diferente de nenhum outro ser.

Muitos países acreditam que aqui no Brasil toda sociedade vive em plena harmonia por possuir uma população multicultural, e isto de fato deveria acontecer se o negro não fosse tarjado como um ser inferior e submisso a tudo.

Fato que torna interessante a “situação racial” brasileira é que, tendo uma população de cor proporcionalmente maior que a dos Estados Unidos, o Brasil não tem “problema racial”. Pelo menos é o que se pode inferir das informações casuais e aparentemente desinteressadas de visitantes desse país que indagaram sobre o assunto [referindo-se a James Bryce e TheodoreRoosevelt] (PARK, 1971, p. 83 apud GUIMARÃES, 2004, p.15).

O Brasil possui uma população miscigenada não somente pela raça, mas também pela etnia, cultura, costumes e outros fatores que contribuem para que se construa uma sociedade exposta às novas descobertas multiculturais. O racismo mesmo com tantas evoluções, por meio dos movimentos antirracismo, formulações de leis e decretos e etc. ainda está enraizado nas escolas e acaba acarretando o desestímulo na população desfavorecida, a negra.

[...]: nos contextos escolares reflete, por um lado, a dor do racismo que se manifesta nas mais diferentes situações e, por outro, a emersão de questionamentos carregados de preconceitos originados possivelmente da maneira com que a população negra chega a esse continente – colônia de exploração – pela qual passou o Brasil. (ANDRADE; BARRETO, 2013, p.25).

Diante disto, a escola juntamente com o professor possui um papel importante, que diz respeito não somente ao cuidar, educar, mas também ao transmitir a importância de respeitar a diversidade cultural existente em nossa sociedade e valorizar a cultura e o valor que cada um possui.

1.2 O movimento Negro no Brasil e a luta contra o racismo

Os movimentos sociais assumem o papel de fazer reivindicações e mobilizações em conjunto junto ao Estado, visando melhorias de convivência social, justiça e igualdade

de direitos, que na maioria das vezes conseguem resultados positivos e grandes conquistas que mudam a história da sociedade.

[...], movimento social significa diretamente ação *contra* o Estado ou, mais propriamente, ação *junto* ao Estado. Tais exigências podem assumir e geralmente assumem um sem número de formas: subversão temporária da ordem estabelecida, revoltas, negociações e arranjos de vários tipos, cooptação de lideranças populares nos aparatos burocráticos, revolução e, no limite, a extinção ou *institucionalização* do movimento. [...]. Os movimentos sociais se constituem a partir de pautas reivindicativas ou eixos mobilizatórios específicos. Suas causas podem abarcar um ou mais eixos simultaneamente ou mesmo um tema abrangente como a busca por justiça social ou igualdade de direitos. (PAULA; HERINGER, 2009.p.229)

Dessa forma, os movimentos negros se basearam nessas reivindicações e atuam na sociedade de várias formas, às vezes imperceptível e outras vezes visivelmente proporcionando algumas importantes mudanças perante uma nação, na qual priorizam grandes conquistas alcançadas para valorização do povo negro, a exterminação do racismo, preconceito social e cultural.

[...]. Ao longo de todo o século 20 os movimentos negros se constituíram e atuaram no espaço público de diversas formas. A imagem de *ondas* batendo em uma praia ajuda a pensar os modos pelos quais os movimentos negros atuam na sociedade. Ora tais ondas são fracas, praticamente imperceptíveis, ora são quase *tsunamis* políticos, questionando publicamente o posicionamento do poder público frente as demandas não cumpridas ou parcialmente atendidas do movimento. O mais importante é notar que geralmente após essas *ondulações movimentalistas* uma série de mudanças ocorre nas dinâmicas internas e externas dos movimentos negros, provocando fragmentações de suas organizações ou o aprofundamento de suas ações junto ao Estado e à sociedade. (PAULA; HERINGER, 2009.p.231)

O movimento negro por sua vez passa por grandes momentos de reivindicações visando a diminuição do racismo no Brasil. Desde o século XIX que vem se mobilizando e criando várias fontes e organizações possibilitando uma melhor socialização entre brancos e negros via reconhecimento da população negra na sociedade como seres humanos, racionais, seres pensantes, corajosos e capazes de ajudarem na formação de uma sociedade melhor.

Nas décadas de 20 e 30 surge a imprensa negra brasileira, cuja função era produzir um canal de manifestação literária, social, cultural e política da “comunidade negra”, bem como denunciar as práticas de racismo e

discriminação racial existentes naquele momento. A imprensa da época, tanto a segmentada quanto a geral, não canalizava as aspirações e dramas dos negros brasileiros. Durante os anos 1930 surge a Frente Negra Brasileira – FNB, considerada a primeira grande organização efetivamente política. A FNB e outras organizações negras, em linhas gerais, reivindicavam a integração do negro na sociedade como cidadãos. Nos anos 40, temos o protagonismo do Teatro Experimental do Negro e da União dos Homens de Cor. No final da década de 70 surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUDCR, reunindo organizações negras do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nos anos 80 os movimentos negros buscam legitimidade de ação política junto aos aparatos estatais. Neste momento uma série de experiências de secretarias de promoção da comunidade negra e de centros de denúncia contra o racismo é criada nas principais capitais do país. (PAULA; HERINGER, 2009.p.233)

Sendo assim, é possível entender que os movimentos sociais não devem ser considerados apenas como espaço de reivindicações como, a abolição dos escravos, a criminalização do racismo, as políticas de cotas nas universidades, a formulação e homologação da Lei 10.639\03, entre outras, mas como uma política cultural que não pretende modificar as outras culturas apenas tentar transformar a sociedade numa nova cultura não racista, fortalecendo a identidade negra e valorizando assim seus costumes, suas tradições e valores.

2. QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA A POPULAÇÃO NEGRA.

Durante muito tempo, a educação escolar brasileira, mesmo após o período de pós-colonização e independência do nosso país, ainda segue um currículo voltado para uma cultura elitista esquecendo que no Brasil existem muitas culturas e que por sua vez estas precisam ser vistas e reconhecidas na sociedade.

Além disso, a escola precisa compreender que ela é responsável pelo processo de construção do saber, culturais e sociais que por sua vez auxiliam na formação de uma sociedade, e por isso há a necessidade de se incluir no seu currículo os estudos étnicos raciais, as relações sociais e a diversidade.

É necessário que o educador também tenha formação sobre esse processo e esteja ciente de que a construção do saber precisa está relacionada à realidade social, a diversidade, a etnia racial, as diversas identidades, culturas. Ao serem trabalhadas pedagogicamente, elas não devem transformá-las em únicas e sim expandi-las e entender suas manifestações na vida humana, visando uma melhor compreensão sobre a formação de uma sociedade reconhecedora da diversidade que existe em nosso país.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2005.p. 146)

A educação é uma grande aliada para a formação de uma sociedade observadora e reconhecedora da diversidade cultural, social e relações sociais e precisa agir na desmistificação da ideia de que o povo negro é um ser sem valor, sem história, sem culturas, são indigentes e valorizar a história e cultura negra, pois são eles os verdadeiros heróis da história de formação do nosso país.

2.1- Exclusão educacional.

A educação no Brasil foi constituída numa tendência elitista e excludente desde sua criação, uma vez que, iniciada pelos jesuítas com intuito de catequisar os índios para domesticá-los no período colonial visando apenas sua força braçal e mão de obra. E continua na tradição eurocêntrica durante todo período de colonização e pós-colonização, na qual era ofertada apenas para os homens da elite branca, excluindo a população feminina e os povos negros escravizados.

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. (ROMANELLI, 2002. p.34 apud SILVA, 2010. p. 2),

No Brasil, esta educação elitista durou muitos anos e pautava-se nos princípios, direitos e costumes da elite branca, ditatória e a população feminina mesmo pertencente a eles não tinham direito de frequentar as escolas, assim como também a população branca de classe baixa e o povo escravizado.

Com a abolição da escravidão, a educação brasileira sofre algumas modificações, porém ainda valoriza uma cultura elitista que passou a oferecê-la para toda população, mas ainda considera os princípios de poder da sociedade e deixa de fora a multipolaridade cultural.

A educação escolarizada no Brasil ainda está pautada numa tradição européia que valoriza a erudição, uma cultura livresca pouco condizente com a nossa realidade. O conteúdo programático da educação básica tem mantido uma visão monocultural e eurocêntrica, deixando de fora as muitas culturas existentes na sociedade brasileira, principalmente a cultura de tradição oral. (SANTOS, 2006. P.04)

Após muitos anos os povos negros tiveram direito à educação, acesso à escola, mas ainda eram vistos como seres indiferentes, pois a perspectiva da escola ainda era voltada para educação do branco. Porém, nos anos atuais, mesmos com os movimentos e elaborações de leis para que o negro se sinta realmente incluído no sistema de ensino, ainda nota-se certa resistência por parte de alguns profissionais e instituições educacionais

em tratar da lei que torna-se obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, muitos profissionais nem à conhecem.

O movimento negro vem, ao longo dos anos, reivindicando revisão do currículo escolar nos diversos níveis de ensino formal. Essa reivindicação tornou-se lei e foi delineada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana. Entretanto está na lei, mas não está nos costumes. Construir uma prática pedagógica que destaque o negro como sujeito ativo na construção de nossa sociedade é um dos grandes desafios que se tem enfrentado. (SANTOS, 2006. p.05)

Com isso, torna-se difícil a inclusão verdadeira do negro afrodescendente nas escolas, pois a educação precisa reconhecer e valorizar a cultura, as crenças, os costumes e os modos de vida, as tradições oriundas da população africana e afrobrasileira, e passar transmitir uma educação na qual todos se encontrem engajados dentro dela e não se sintam invisibilizados e excluídos.

2.2 A educação como um direito.

Após todas as mudanças na educação brasileira provindas desde a época da colonização do Brasil, ainda nota-se a persistência na desvalorização do povo negro, não somente na sociedade, mas também no que diz respeito à educação, na qual ainda se prende a uma tradição elitista onde se valoriza os direitos, costumes e cultura branca, tornando difícil o engajamento de crianças negras, afrodescendentes e indígenas nas escolas, pois não se sente incluídas nos currículos.

[...], no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (BRASIL, 2004.p.14)

Mesmo com a implementação da Lei 10.639\03 nos currículos escolares, que por sua vez obriga as escolas brasileiras transmitir a História e Cultura Afro-brasileira e africana para seus alunos, ainda existem lacunas que deixam a desejar o reconhecimento da

população negra na sociedade e na educação. Partindo da compreensão de que a escola é uma das instituições sociais que detém o poder de formar e transformar a sociedade é por meio do seu currículo que se pode desmistificar a mentalidade racista e estabelecer relações étnico-raciais e sociais positivas independente da etnia, acabando com a percepção (ou imagem) inferiorizada dos negros na sociedade.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2004. p.15)

Sendo assim, os docentes precisam ter o conhecimento das questões étnico-raciais e produzir suas metodologias sem improvisar pra trabalhar de forma abrangente e tentar o máximo desfazer a ideia do racismo e da discriminação dentro do ambiente escolar e na sociedade.

Precisamos rever os conceitos de inclusão e exclusão no Brasil. Tais conceitos são simplificados transformando-se em um problema de injustiça social e política, pois a competitividade e o individualismo produzido na sociedade torna-se mais árdua a convivência do indivíduo pobre, negro ou afrodescendente em nosso país.

[...], retomo o problema da exclusão das camadas pobres, negras, afrodescendentes como injustiça social e política de um sistema em que os pobres estão cada vez mais pobres, a violência aumenta a cada instante, o mercado de trabalho é para poucos e a população negra e afrodescendente permanece à margem, cada vez mais invisibilizada e silenciadas. (ANDRADE; BARRETO, 2013, p.26)

A questão da diversidade carece ser dialogada desde a infância, não necessariamente quando a criança ingressar na convivência escolar, mas no principiar da convivência social. A criança quando educada para viver em uma sociedade multiétnica e multicultural, convivendo com as diferenças e diversidades humanas, sem exclusões, ela não tenderá a ser preconceituosa e racista e estará apta a conhecer as diversas culturas sem exclusões.

A socialização com as diversidades deve ser vivenciada e discutida nas escolas uma vez que é nela onde as crianças aprendem a interagir e conviver com a diversidade de

culturas, com as críticas e a competitividade. Por isso é necessário um bom desempenho pedagógico para se trabalhar tudo isto, pois a formação da criança como ser pensante social e crítico começa na escola, e uma de suas maiores contribuições é a formação de cidadãos sem preconceito.

2.3 Os estudos culturais e o multiculturalismo.

O termo multiculturalismo teve início com as lutas contra o racismo lideradas pelos movimentos e grupos sociais, que geraram discussões direcionadas a diversidade cultural, classe social, gênero e etnia racial, tentando combater a uniformidade das classes na qual prevalece os saberes, costumes e culturas da “elite branca” nos espaços escolares e não escolares do nosso país.

O debate multicultural surgiu a partir das reivindicações de diversos grupos e movimentos sociais, inclusive no cenário educacional. Nasceram a partir de discussões que giram em torno da diversidade cultural, questões de classe, gênero, raça, etnia e despertam no meio acadêmico o questionamento para a problemática da unilateralidade das ações educativas, que historicamente fez da escola um espaço de promoção e imposição dos valores e saberes culturais dominantes. (BAVARESCO; TACCA, 2016.p. 62)

Vale ressaltar que, o multiculturalismo está presente nas discursões relacionadas à educação e cultura, no entanto pode ser considerado como um movimento de reconhecimento das diferenças existente na sociedade, não como ponto negativo, mas como meio de respeito pelo outro, pelos valores, pela cultura que cada ser possui.

Além disso, o termo multiculturalismo teve seu surgimento por meio das pressões dos movimentos sociais que por sua vez tem reivindicado e proposto políticas públicas no intuito de reduzir as diferenças e desigualdades sociais existentes não somente no ambiente escolar como na sociedade.

O multiculturalismo nasceu no seio da influência de fortes pressões de movimentos sociais, como: movimentos feministas, negros, homossexuais, além de outras conquistas que promoveram a revisão de conceitos e que marcaram profundamente a ordem mundial. [...]. Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil vem lutando por meio de políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais presentes na nossa sociedade principalmente no ambiente escolar. (BAVARESCO; TACCA, 2016.p. 63).

Com isso, entende-se que por meio dos movimentos sociais o multiculturalismo ganha forças e reconhecimento e é através da educação que se pode promovê-lo quando se trata dentro do ambiente escolar a questão da diversidade, o reconhecimento e respeito por ela, além de auxiliar na propagação de uma sociedade heterogênea, na qual todos são diferentes, mas estas diferenças precisam ser respeitadas.

É preciso trabalhar a diversidade entendida como enriquecimento, processo de construção e própria dos seres humanos, para que, de fato, possamos construir uma escola no direito à educação e no direito à diferença, trabalhando com diversas práticas pedagógicas que superem tais diferenças presentes no âmbito escolar. (BAVARESCO; TACCA, 2016. p. 63)

Neste âmbito, a escola precisa conter em seu currículo as práticas educacionais voltadas para os estudos culturais, a diversidade para tratar das questões de racismo, preconceito, e sair da rotina de uma educação elitista, homogênea, por meio das práticas políticas educacionais, as leis voltadas para formação de cidadãos que respeite e valorize as diferenças.

2.4 As políticas Afirmativas Ético-raciais e a LEI 10.639/03.

Muito se tem discutido sobre as políticas de inclusão e ações afirmativas, na qual se resume em um conjunto de políticas públicas visando hostilizar as discriminações raciais, gênero, social e sociocultural existentes em nosso país e promover a valorização das diversas culturas, em especial, das culturas dos grupos historicamente marginalizados. Porém, nota-se que estas medidas promovidas para proibições desta discriminação ainda são insatisfatórias, pois é perceptível o desrespeito às diferenças humanas.

A base da noção de ação afirmativa repousa na constatação de que medidas proibitivas de discriminação são insatisfatórias, quer seja pela desconsideração do aspecto cultural, quer seja pela desconsideração dos efeitos presentes da discriminação passada que atuam no cotidiano de indivíduos pertencentes e determinados grupos (GOMES, 2011 apud BLACKMAN, 2014. p.12-13).

Ainda convém lembrar, que as políticas públicas ou ações afirmativas em nosso país voltadas para o âmbito racial e sociocultural provêm do Movimento Negro Brasileiro que reivindica por uma igualdade racial na sociedade verdadeiramente vivida e não

mascarada. E com isto formulou-se as leis para tentar suprimir a discriminação racial, e valorizar a igualdade social.

Vale ressaltar também que as políticas públicas, juntamente com os movimentos sociais contribuíram para formulações de leis que preveem dessa igualdade, uma delas é a lei das políticas de cotas, Lei 12.711\12, que por sua vez determina que as Universidades Federais reservem metade de suas vagas para discentes oriundos de escolas públicas e para alunos descendentes afro-brasileiros e indígenas.

[...] a Lei federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio [...], reserva 50% do total de vagas ofertadas por instituições de ensino superior para estudantes de escola pública. Dentre essas vagas, há a reserva de 50% para estudantes com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e 50% para os demais. Tanto para o estudante com renda inferior ou superior à renda prevista em Lei, desde que tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública, são reservadas vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI), na mesma proporção do número de negros para cada estado segundo dados atuais do IBGE. (BLACKMAN, 2014. p.29-30)

Portanto, as políticas afirmativas, ou políticas públicas, tendem minimizar o preconceito, o racismo e aproximar as pessoas para que possamos viver humanamente numa sociedade multicultural, por isto a grande importância das formulações de leis como Lei 10.639\03 tratando da implementação da História e cultura Afro-brasileira nos currículos escolares e ensino superior, a Lei 12.711\12, Políticas de Cotas, tratando das vagas nas universidades federais destinadas aos educandos procedentes de escolas públicas e para afrodescendentes, indígenas que favorecem para homogeneização social, não no sentido de uma sociedade uniforme, igual, mas no âmbito da igualdade racial, sem desrespeito e mais harmonização.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico está relacionado às hipóteses, os objetivos estabelecidos no início da pesquisa, ao tipo de pesquisa, às escolhas dos instrumentos, as estratégias de abordagem e dos métodos utilizados para coleta de dados da pesquisa. Desta forma, requer uma escolha segura e sistemática para realizar uma análise dos fatos, descrevê-los e explicá-los.

A utilização de métodos e técnicas em pesquisa está associada aos objetivos, hipóteses e aos fundamentos teóricos do objeto de estudo. Esse procedimento exige uma escolha criteriosa e sistemática para se fazer a descrição, explicação e análise de fatos e fenômenos. (OLIVEIRA, 2008. p.58).

Com base nesses fatos, a metodologia considera o embasamento teórico feito pelo pesquisador para a sua formulação, além conter e exigir alguns procedimentos necessários para melhor análise dos fatos em estudos, tais como: definição da amostra, a coleta de dados e organização das análises.

Baseados nestes fatos esta pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa que se baseia numa visão sistemática e busca analisar o objeto em estudo explicando a totalidade de sua realidade por meio de entrevista ou questões.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento. (OLIVEIRA, 2008. p.59)

A abordagem qualitativa auxilia na exposição e descrição dos fatos e fenômenos pesquisados, além de caracteriza-se como uma análise delineada de um determinado objeto de pesquisa em que a coleta de dados necessita serem adquiridos por meio de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários dentre outros procedimentos.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou social e fenômenos da realidade. [...]. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informações. (OLIVEIRA, 2008. p.60)

Esta pesquisa elencada é uma “pesquisa exploratória” por pretender expor uma explicação universal do que se foi pesquisado, por meio das estratégias de pesquisas utilizadas pelo pesquisador para obter tais informações e elevar por meio destas explicações uma nova problemática para futuros esclarecimento através de novas pesquisas.

Este tipo de pesquisa objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através de delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos. [...]. Dessa forma, a pesquisa exploratória, ao dar uma explicação geral, pode levantar um novo problema que será esclarecido através de uma pesquisa mais consistente. (OLIVEIRA, 2008. p.65)

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de ensino infantil e fundamental I, localizada na cidade de Pombal-PB, escolhida pelo fato de ser meu local de trabalho e por ter uma afinidade de relacionamento profissional com os seus servidores. Os sujeitos pesquisados foram três professores da educação infantil, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada seguindo um roteiro de pesquisa, que por sua vez é um instrumento que permite o contato direto com o entrevistado e a descrição dos dados adquiridos é mais delineada. É importante expor ao entrevistado sobre o sigilo de sua identificação e das informações declaradas pelo mesmo, além de requisitar sua permissão para gravação da entrevista.

A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando. [...]. O roteiro da pesquisa deve ser em forma de tópicos semi-estruturados utilizando-se o mesmo padrão (itens) para cada pessoa [...]. Faz-se necessário solicitar ao entrevistado (a) ou ao grupo a permissão para gravar a entrevista. É preciso garantir-lhe que será guardado sigilo quanto às informações e que não haverá identificação do informante na redação final do relatório da pesquisa. (OLIVEIRA, 2008. p.86- 87)

Diante dos dados coletados por meio da entrevista foi feita uma análise dos mesmos confrontando-os com a teoria que foi explorada para obtenção de conclusões que serão expostas ao público com intensão de amenizar ou melhorar a forma como a educação brasileira enxerga a pluralidade racial, o preconceito, e a cultura miscigenada e com vem sendo entendidas pelos docentes e repassadas para os educandos.

4. A abordagem das questões africanas e afro-brasileira na educação infantil: práticas metodológicas docentes

Com base na realidade de trabalho das docentes e nos seus conhecimentos em relação aos estudos ético-racial na educação infantil e sobre a Lei 10.639\03 proposta pela LDB, essa pesquisa procurou analisar os documentos institucionais da escola, além da compreensão dos professores sobre as questões ético-racial e a utilização de materiais e procedimentos metodológicos.

Para melhor compreensão, essa pesquisa buscou relacionar algumas reflexões teóricas de autores com os relatos das docentes entrevistadas.

As análises foram desenvolvidas diante de uma exploração nos documentos institucionais (PPP) e nos relatos das docentes relacionados aos seguintes temas:

1. Análise dos documentos institucionais da escola;
2. Compreensão dos professores sobre as questões étnico-racial;
3. Os procedimentos metodológicos das professoras e a utilização de materiais didáticos

A coleta de dados progrediu por meio da entrevista semiestruturada que ressaltou nos argumentos das docentes, considerados mais relevantes, para os temas elencados na pesquisa, além de uma curta investigação no documento institucional (PPP) da escola.

Tema 1: Análise dos documentos institucionais da escol

O Projeto Político Pedagógico parte de uma reflexão dos problemas da instituição escolar, visando promover um bom desempenho e funcionamento da escola com base no ensino de qualidade e boas condições de trabalhos para toda equipe.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...]. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2002. p.01)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola necessita ser compreendido por toda equipe escolar não somente como um agrupamento de atividades curriculares e extraclasse juntamente com seus planos de ensino, mas sim como um documento de

fundamental importância para o melhor funcionamento de uma escola. Por isso, ele precisa ser elaborado por toda equipe do processo educativo de uma escola e elencado em todos os momentos.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1995. p.13-14).

Deste modo o PPP de uma instituição escolar não pode ser elaborado sem que haja participação de toda equipe e também apenas para cumprir ordens de superiores da educação sendo posteriormente arquivado e esquecido, pois seus objetivos e planos necessitam serem alcançados e cumpridos diariamente para que se obtenha resultados satisfatórios durante todo ano letivo.

Com tudo, no Projeto Político-Pedagógico analisado consta como objetivo da escola uma ação educacional voltada para formação do educando, proporcionando-os um conhecimento de mundo, possibilitando assim sua participação na sociedade como um ser crítico, conhecedor de seus direitos e deveres.

A escola objetiva sua ação educativa centralizando as atividades educacionais na formação do educando, dando-lhe recursos e subsídios para o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de assumir seus deveres e responsabilidades como cidadão participativo e transformador da sociedade fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar. (PPP, 2016. p.02)

Diante este contexto, a escola vê a educação como um processo construtivo que por sua vez necessita ser pensado como um privilégio e por isso procura o máximo disponibilizar um ensino voltado para construção de um cidadão crítico, pensante e hábito a mudanças.

O processo educativo deve ser um processo através do qual devemos priorizar a aprendizagem, buscando alternativas que superem as dificuldades e possibilitando assim que o cidadão torne-se crítico exercendo sua cidadania refletindo sobre as questões sociais. (PPP, 2016. p.15).

De acordo com as análises feitas do Projeto Político-Pedagógico da escola indagada, nota-se ainda a ausência na exploração da lei 10. 639\03, apesar de ser determinada pela LDB para ser exercida dentro das instituições educacionais de forma cotidiana e dentro dos conteúdos curriculares. É perceptiva, no PPP abordado, uma branda explanação sobre valores e conhecimentos sócio-culturais, mas que estão previstos e elencados nos PCNs.

O Sistema de ensino está baseado na LDB aprofundando-se na Lei: 9.394/96 tendo na cidadania seu eixo orientador e se compromete com valores e conhecimentos que valorizam a participação efetiva do aluno na vida social, formulando assim três diretrizes de ensino: posicionamento em relação as questões sócias; tratamentos de valores como conceitos reais; a inclusão de temas sócio-culturais no currículo, correspondente aos temas transversais preconizados pelos PCNs. (PPP, 2016. p.21)

A educação inclusiva é um tema de fundamental relevância, não somente para a comunidade escolar, mas, para a sociedade que, por sua vez, precisa ser entendida por todos que a compoem como uma estrutura flexível, hábta a mudanças que acompanham o ritmo dos alunos visando uma formação crítica, social e cultural para seus alunos.

Incluir implica considerar que a escola não é uma estrutura pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos alunos, em um processo que requer diálogo nos grupos de trabalho, na relação com a comunidade escolar e com os outros campos do conhecimento. (DELAM; MORAES,2012. p. 08)

Tendo em vista as análises feitas no PPP da escola em questão, nota-se que o corpo docente e toda comunidade escolar têm um olhar amplo e dedicado à educação inclusiva, uma vez que seguem os parâmetros curriculares buscando incluir o máximo as crianças portadoras de necessidades especiais no contexto das salas de ensino regular.

A inclusão é um desafio permanente nos nossos dias. Nesse sentido, trabalhar na perspectiva da inclusão de forma ampla significa oferecer múltiplas e sempre singulares condições para o crescimento e aprendizagem de cada aluno(a). [...]. Procuramos fazer com que as adaptações curriculares no nível individual incorporem, ao máximo, as importantes vivências coletivas propostas à classe e a escola como um todo e o grau de dificuldade das propostas à classe e a conforme os avanços obtidos por cada um(a). (PPP, 2016. p.51).

Portanto, pode-se considerar que a escola presta apoio e atenção às crianças portadoras de necessidades especiais diante as modalidades curriculares, buscando proporcionar uma qualidade de ensino nas salas de ensino regular com auxilio de um

cuidador para cada criança e atendimento nas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), visando favorecer a igualdade.

No âmbito da discriminação e preconceito não se percebe nenhuma passagem no PPP da escola relacionada a este assunto, uma vez que se encontramos escritas voltadas para a formação cultural, social, socioeconômica, não se observa uma ação direcionada às questões étnico-raciais.

Porém, encontram-se em anexo no PPP as diretrizes da rede municipal de ensino que consta um artigo relacionado à cultura Afro-brasileira, que por sua vez estima a aplicação dos conteúdos da história e cultura Afro-brasileira e indígenas aplicados em todo o currículo escolar.

Art. 31. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e a literatura e história brasileira. De acordo com o artigo 26- A inciso § 2º da LBD. (PPP, 2016. Anexo)

Portanto, não é constatado no PPP da escola a implementação da Lei 10.639\03, apesar de está no plano e diretrizes da rede municipal de educação, na qual nota-se que o município procura cumprir com sua obrigação, porém ainda falta um desempenho maior, um projeto de capacitação ou formação continuada que contribua para execução da Historicidade e Cultura afro-brasileira na educação.

Tema 2: Compreensão dos professores sobre as questões étnico-racial.

Vivemos em uma sociedade ainda excludente e marcada pelo preconceito, discriminação e competitividade e sabemos que a escola é base para a formação de uma sociedade, e diante uma discussão como esta que discorre durante todo este trabalho sobre etnia racial é de fundamental importância que os docentes estejam preparados e informados para lidar e transmitir conhecimentos que desmistifiquem e quebrem com esta exclusão na escola e na sociedade.

Além disso, o educador precisa entender que a educação é auxiliadora na formação de uma sociedade e que para isto necessita está relacionada às dimensões de etnia, cultura, diversidades, identidades e valores que por sua vez necessitam ser entendidas como interligadas no processo de formação humana e isto não significa transformá-las, mas reconhece-las.

Nesta perspectiva o educador necessita manter uma postura de reivindicação de formações e debates sobre as questões raciais, visando assim um conhecimento sobre o assunto e por sua vez facilitar o bom desenvolvimento em suas práticas pedagógicas voltadas para os estudos étnico-raciais na escola que necessitam ser realizadas durante todo ano e não apenas em datas comemorativas, como enfatiza Gomes (2005.p. 151)

Reafirmo que é preciso construir novas práticas. Julgo ser necessário que os(as) educadores(as) se coloquem na fronteira desse debate e que a cobrança de novas posturas diante da questão racial passe a ser uma realidade, não só dos movimentos negros, mas também dos educadores, dos sindicatos e dos centros de formação de professores. Quem sabe assim poderemos partir para iniciativas concretas, desenvolvendo projetos pedagógicos juntamente com a comunidade negra, com as ONG's e com os movimentos sociais. Assim, poderemos realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura.

Dessa maneira, o tema do estudo focalizou na compreensão dos professores sobre as questões étnico-racial na escola. Para esta questão buscou-se investigar como o professor vê a importância do tema abordado e se para ele faz sentido trabalhá-lo no ambiente escolar e no espaço da sala de aula. Há esse respeito às docentes relatam que:

A educação ética-racial na escola é importante **para o reconhecimento da grande diversidade cultural que cerca o cotidiano das crianças**, e assim formar indivíduos livres de preconceitos e que saibam respeitar e valorizar os costumes e culturas diversas. (professora A, 2017)

Compreendo como matéria de suma importância, pois temos que **valorizar e até reparar anos de “esquecimentos” da história dos povos (negros)** afrodescendentes, suas contribuições culturais e lutas pelos seus direitos, respeito e valorização da diversidade cultural brasileira. (professora B, 2017)

Compreendo que a educação ético-racial na escola é uma ferramenta de suma importância para se **quebrar velhos mitos e preconceitos tão enraizados na nossa cultura**. (professora C, 2017)

Os relatos das docentes apresentam semelhanças ao tratarem da questão étnico-racial como tema importante a ser abordado no ambiente escolar. Outra semelhança é a questão dos relatos sobre o esquecimento da história do povo negro no Brasil, ou a maneira

como esta foi e é relatada durante vários anos na sociedade e na educação. De acordo com Silva, a escola é o lugar de propagação do conhecimento na qual a ação docente tem uma contribuição importante para formação de um cidadão, por sua vez é necessário que esta ação seja focada nos direitos, valores e diversidade favorecendo a valorização da diversidade existente em nossa sociedade.

[...] a escola é o local de transformação, construção e propagação do conhecimento, onde este sistematizado através da ação docente de professores, contribuindo para uma formação discente voltada para as provocações e discussões acerca da temática do racismo, desmistificando determinados conceitos oriundos das vivências sociais dos mesmos, presentes em suas falas e ações cotidianas. (SILVA, 2016. p.07)

Ainda sobre o tema em estudo, buscou-se explorar os conhecimentos das docentes a respeito da lei 10.639\03 e como elas veem a abordagem desse tema dentro do ambiente escolar, visando compreender como é tratada a diversidade e etnia racial neste ambiente. Com relação a este tema, as docentes descrevem o seguinte:

Não, mas já ouvi falar nos PCN's a respeito de se trabalhar os valores, o respeito e igualdade, mas nunca estudei e me informei sobre a lei mesmo. (...) Nós educadores poderemos plantar a semente da **mudança nessa temática que está arraigada a nossa história desde a colonização do Brasil.**(professora A, 2017)

Sim. A lei 10.639\03 trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. (...) **Acredito que com a lei a cultura afro-brasileira passou a ser mais retratada**, apesar de que ainda existem docentes que não comentam em suas aulas ou cotidianos escolares. (professora B, 2017)

A lei 10.639\03 propõe uma nova abordagem para o estudo de fatos históricos que marcaram a constituição do nosso país. Com essa lei, devemos levar ao conhecimento dos alunos à importância da cultura africana para a formação do povo brasileiro, ressaltando a valorização do negro, não mais como escravo, mas como herói. (...) Defendo que, tais temas não precisariam se tornar leis para serem discutidos no ambiente escolar. (professora C, 2017)

De acordo com as falas das entrevistadas nota-se que elas têm certo conhecimento a respeito da lei, embora seja um pouco restrito, pois dissertam em relação à lei voltada apenas para o ensino da cultura afro-brasileira e questões de valores e diversidade social. Porém, mesmo com restrição aos seus conhecimentos, as discentes demonstram interesse

em relação ao tema e concordam com a implementação da lei no ambiente escolar e acreditam que a abordagem desses assuntos irá combater cenário de desvalorização do negro em nossa sociedade.

Essa produção cultural dos descendentes de africanos escravizados no Brasil tem sido entendida de diferentes formas: cultura negra, cultura afro-brasileira, africanidades, entre outras. Todavia, quando analisamos a fundo o que sabemos sobre ela, chegamos à conclusão de que sabemos muito pouco, ou o pouco que conhecemos ainda está repleto de naturalizações e visões estereotipadas. Fatalmente, quando somos desafiados a organizar um trabalho pedagógico na escola, principalmente na educação infantil, essas visões cristalizadas acabam orientando o nosso fazer e desencadeando atividades, projetos, relações e comportamentos permeados por preconceitos e distorções. (BRASIL, 2014.p. 17)

Neste sentido, é perceptível em alguns docentes o interesse em abordar as questões relacionadas a etnia racial e o conhecimento da cultura afrodescendente, indígena, a cultura negra para os discentes, porém ainda existe uma restrição de conhecimento das mesmas por partes dos professores que por sua vez não têm total responsabilidade, pois a educação brasileira está voltada para uma visão elitista e necessita de um olhar mais abrangente para exploração da lei 10.639\03, que carece ser mais aprofundada.

Seguindo ainda a mesma linha de compreensão do tema em questão, procurou-se analisar como as docentes percebem a implementação da lei 10.639\03 no ambiente escolar, dando exemplo de atividades direcionadas a esta temática, com o propósito de observar a visão da escola diante das questões de valores, etnia, diversidade, entre outras. Com base nesta questão as discentes dissertam:

Sim, mas não em sua totalidade. Não é um trabalho baseado na lei, são **atividades esporádicas, realizadas através de audições de músicas e leituras de paradidáticos** como, por exemplo, “o livro da **Menina bonita do laço de fita**”, história muito apreciada pelo público infantil. (professora A, 2017)

Acho que sim, pois não temos preconceito e respeitamos todos. Quando desenvolvemos a leitura com histórias como “**Menina bonita do laço de fita, O cabelo de Lelé**”, entre outras os comentários são muito interessante. (professora B, 2017)

Sim. No cotidiano escolar sempre lidamos com situações de discriminação social que se originam na formação familiar da criança, e para lidar com isso, **abrimos discussões à respeito da importância da colega, incentivamos brincadeiras em grupo, lemos histórias que**

trazem heróis negros, destacamos as datas relevantes à cultura afro com jogos e apresentações. (professora C, 2017)

Diante os relatos acima, as docentes demonstram entender que a instituição de ensino a qual elas lecionam tenta de alguma maneira inserir a lei 10.639\03 dentro de suas atividades cotidianas, porém se trazendo suas falas direcionadas a suas práticas e não a escola como todo. Mas mesmo diante estas confusas compreensões, nota-se que elas percebem alguma prática que inclua relações de etnia, respeito, diversidade.

É na ação curricular que as práticas são realizadas e as crianças pequenas aprendem a conviver umas com as outras, têm contato mais direto com as diferenças, expressam e adquirem valores. Nesse contexto, os preconceitos raciais também são aprendidos e nem sempre são alvo de uma séria intervenção pedagógica. (BRASIL, 2014. p. 16)

Com isso, entende-se que no currículo escolar é necessário existir práticas que conduzam as crianças desde cedo a conviver com as diferenças e diversidades e aprendam a respeitá-las, conquistando seus valores e contribuindo para formação de uma sociedade mais justa.

Na mesma perspectiva de compreensão, foi elaborada uma indagação para as docentes partindo da percepção e conhecimento das professoras em relação ao documento institucional da escola pretendendo examinar o conhecimento das docentes em relação ao PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola que elas lecionam. Diante a discussão as professoras respondem o seguinte:

Sim, conheço. Há a proposta de se trabalhar atividades que valorizem e respeitem a diversidade cultural. (professora A, 2017)

O PPP da escola tem como proposta trabalhar os valores e formação do cidadão crítico, que acredito que está incluso aos valores ético-raciais. (professora B, 2017)

Há pouco tempo leciono nesta escola, por isso não tenho conhecimento do seu PPP. (professora C, 2017)

As falas das duas primeiras professoras apresentam relatos que demonstram o reconhecimento ao documento institucional da escola de forma relativa e disserta que nele não há um direcionamento explícito a aplicação da lei 10.639\03, mas que procura transmitir uma educação voltada para os valores, o social e a diversidade que para elas

contemplam as questões ético-raciais. Já a terceira docente, afirma não conhecer este documento.

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. (VEIGA, 1995. p. 15).

De acordo com Veiga a construção do PPP passa além da autonomia da escola e necessita ser elaborado em conjunto com todos os profissionais da instituição, que por sua vez carece ser entendida como um espaço público, aberto a diálogo que possibilitará uma organização do trabalho pedagógico.

Ainda com os seguimentos, procurou-se analisar as oportunidades de formação das docentes diante esse tema. Para essa indagação as docentes dissertam que:

Não. Percebo que há uma necessidade de estudo para uma melhor aplicação da lei dentro da instituição de ensino. (professora A, 2017)

Particpei de formação sobre a lei 10.639\03 dentro do curso de pedagogia, em fóruns de debates e outro, os quais contribuíram muito na minha formação para a prática como docente, dando uma nova visão para a valorização cultural das raízes africanas na formação da diversidade cultural brasileira. (professora B, 2017)

Infelizmente nunca tive tal oportunidade, mas acredito que seria fundamental que todos os educadores pudessem participar de formações sobre o tema. (professora C, 2017)

Diante os relatos das docentes, nota-se que na educação ainda existe uma desvalorização das questões relacionadas à lei 10.639\03 e além da desvalorização por parte de alguns profissionais da educação diante o tema, também é perceptível a falta de atenção das autoridades em formar estes profissionais para assim facilitar a abordagem deste nas instituições escolares, pois de acordo com as respostas acima, as duas profissionais revelam que não tiveram oportunidade de uma formação continuada para as questões ético-raciais e apenas uma relata que participou em sua graduação de alguns fóruns de debates que facilitou um pouco sua compreensão diante o tema, mas que isto

ainda é pouco para algo muito abrangente, pois implica na formação de uma sociedade justa em meio à diversidade.

Vários de nós, professores e professoras, temos histórias para contar sobre o silenciamento a respeito da África e sobre a questão afro-brasileira em nossos cursos de formação inicial. Carregamos marcas do tempo da educação básica, quando docentes e colegas manifestavam preconceitos e realizavam práticas discriminatórias em relação aos negros. Convivemos e conhecemos literaturas, materiais didáticos e de apoio pedagógico eivados de estereótipos raciais, sem a devida mediação pedagógica do professor e sem a necessária revisão e atualização das editoras. Em outros momentos, nós mesmos podemos ter sido sujeitos realizadores ou destinatários de tais práticas. (BRASIL, 2014, p. 12-13.).

Hoje no Brasil, mesmo com todos esses movimentos e leis voltados para o conhecimento da cultura negra, ainda é perceptível uma vaga importância a este respeito, pois é necessária uma visão ampla por parte dos governantes do país em oferecer políticas públicas educacionais de formação para os profissionais da educação direcionadas ao conhecimento mais aprofundado da lei 10.639/03, para que sua implementação seja realmente vivenciada na escola.

Tema 3: Os procedimentos metodológicos das professoras e a utilização de materiais didáticos.

Hoje sabemos que o docente precisa utilizar-se de metodologias para suprir as necessidades de uma sala de aula e entre estas é necessário explorar e aplicar métodos que os auxiliem na transmissão do conhecimento e questões étnicas raciais, assim como questões de valores, cultura, diversidade e identidade.

A concepção mais geral de metodologia do ensino [...] entendida como um conjunto de princípios e/ou diretrizes acoplada a uma estratégia técnico-operacional, serviria como matriz geral, a partir da qual diferentes professores e/ou formadores podem produzir e criar ordenações diferenciadas a que chamaremos de métodos de ensino. O método de ensino-aprendizagem (menos abrangente) seria a adaptação e a reelaboração da concepção de metodologia (mais abrangente) em contextos e práticas educativas particulares e específicas. (MANFREDI, 1993, p. 5 apud ARAUJO, 2015.p.05).

O autor ressalta que não existe um conceito específico para metodologia, mas que esta é um conjunto de estratégias, técnicas e princípios que variam de cada professor e que cada um possui sua forma de produzi-la e transmiti-la transformando este conjunto em práticas de ensino particulares.

Sendo assim, neste item propôs-se investigar as possíveis metodologias utilizadas pelas docentes diante as relações étnicas raciais, diversidade cultural, entre outros para proporcionar uma boa relação na sala de aula e no ambiente escolar. Para isto, buscou-se investigar a opinião das professoras sobre a necessidade de se trabalhar as questões étnico raciais na educação infantil. Com base neste propósito as mesmas dissertam que:

Sim, apesar de perceber que entre as crianças da educação infantil há um senso maior de igualdade e respeito pelas diferenças, se faz necessário criar raízes de valores e princípios para que a criança possa carregar consigo por toda a vida, tendo em vista que as mesmas vêm de lares diferentes, recebem de seus pais tipos de educação dos mais variados possíveis. (professora A, 2017)

Sim, acredito que as questões ético-racial devem ser trabalhadas no dia-a-dia da escola na educação infantil, pois a discriminação e o preconceito já fazem parte do seu cotidiano, e **há conflitos entre as crianças por conta de seus preconceitos raciais**. (professora B, 2017)

Sim. A cultura preconceituosa e discriminatória é muito presente em nossa sociedade e por isso devemos desmistificá-la desde os primeiros saberes. (professora C, 2017)

Diante os relatos das docentes, nota-se uma mesma compreensão a respeito das questões étnicos raciais no espaço da educação infantil, pois segundo elas devemos trabalhar estas questões desde cedo para tentar acabar com a existência do preconceito dentro da sociedade, assim estará contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e com respeito à diversidade.

A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. [...]. É também essa visão que nos possibilita compreender a presença da dimensão educativa em diferentes espaços sociais e não somente no interior da escola. (GOMES, 2003.p. 170-171.)

Neste âmbito, compreende-se que as escolas precisam analisar seu currículo e suas práticas pedagógicas para verificar se nestas estão inclusas as questões étnico-raciais, a diversidade, a identidade do indivíduo, percebendo através delas se há uma verdadeira inclusão de todas as crianças neste ambiente.

Seguindo com o tema em estudo voltado para análises dos procedimentos metodológicos das docentes diante as relações étnicos raciais, formulou-se uma discussão

voltada para percepção das professoras diante de acontecimentos relacionados às questões de etnia, raça ou preconceito dentro da sala de aula. Sobre isso, as docentes afirmam que:

Não percebo esta problemática em sala de aula da educação infantil, quanto menor os discentes, menor o preconceito também, e a nossa escola recebe crianças que contemplam a grande diversidade da **miscigenação do povo brasileiro o que faz com que não haja contundente manifestação de preconceito racial.** (professora A, 2017)

É possível nos grupinhos que se formam para as brincadeiras, nas escolhas dos parceiros para as apresentações de danças. Uma criança que resistiu na aceitação de uma professora por ser afrodescendente (negra). (professora B, 2017)

Frequentemente vemos crianças negras serem discriminadas pelos coleguinhas, com apelidos e rejeições. Há crianças que se negam a sentar perto dos outros ou mesmo pegar na mão, por causa das diferenças étnicas. (professora C, 2017)

De acordo com os relatos das docentes, percebe-se que há uma discordância entre a fala da primeira professora e das duas últimas, pois estas dissertam que percebem momentos de discriminação racial dentro do ambiente da sala de aula da educação infantil, enquanto a docente A, não reconhece nenhum fato que possa atribuir a racismo. Contudo é perceptivo algum tipo de discriminação racial, social ou de gênero em qualquer lugar na sociedade, assim como nos ambientes escolares, e os professores necessitam estarem atentos a estes tipos de situações para utilizar-se de metodologias que auxiliem na desmitificação do preconceito e racismo gerados há muitos anos no nosso País.

É na ação curricular que as práticas são realizadas e as crianças pequenas aprendem a conviver umas com as outras, têm contato mais direto com as diferenças, expressam e adquirem valores. Nesse contexto, os preconceitos raciais também são aprendidos e nem sempre são alvo de uma séria intervenção pedagógica. Cada vez mais, os profissionais da educação infantil vêm percebendo essa situação, observando que a necessidade de superação dessas práticas tem sido apontada por pesquisas e reconhecida nos documentos oficiais. Porém, ainda se faz presente de forma muito incipiente na formação inicial e continuada dos professores. (BRASIL, 2014.p.16)

Neste sentido, não há necessidade da presença negra dentro do ambiente escolar para se tratar de sua história e das diferenças existentes sob sua cultura, pois precisamos conhecer e transmitir a vasta diversidade de raça, cultura, gênero existente em nossa

sociedade e formar os cidadãos hábitos a conviver e acima de tudo respeitar estas diferenças.

Ainda de acordo com o tema abordado, procurou-se conhecer, das professoras, a forma como elas trabalham as questões éticas raciais na sala de aula na educação infantil, uma vez que as mesmas já afirmaram ser importante começar desde cedo a exploração deste tema para que futuramente possa-se eliminar a falsa ideia de miscigenação na sociedade brasileira. Sobre isso, as docentes expuseram as seguintes falas:

Na verdade as questões étnico-raciais são trabalhadas dentro dos valores do respeito e igualdade às diferenças não só raciais, mas em todos os aspectos físicos, sociais, etc. (professora A, 2017)

Sim, procuro, pois acredito na formação para o desenvolvimento humano e social da criança. Dentro de práticas voltadas para o respeito à diversidade étnico-racial, uma formação cidadã igualitária. (professora B, 2017)

Sim. É preciso extinguir o preconceito e combater atitudes de discriminação, levando-os a conscientização sobre a importância deste povo. (professora C, 2017)

Os relatos das docentes apresentam certa concordância, uma vez que afirmam trabalharem as questões étnico-raciais dentro do ambiente das salas de educação infantil pretendendo facilitar uma socialização melhor, não somente no ambiente escolar, na sociedade em que estão inseridas estas crianças, apesar de não citarem quais são as metodologias utilizadas por elas para abordarem as questões étnico-raciais.

A diversidade precisa ser produzida, mas não basta reconhecer o direito às diferenças identitárias, com essa tolerância neoliberal tão em voga, mas caberia intensificar as diferenciações, incitá-las, criá-las, produzi-las (...) recusar a homogeneização sutil, mas despótica em que incorremos às vezes, sem querer, nos dispositivos que montamos quando os subordinamos a um modelo único, ou a uma dimensão predominante". (PELBART, 1993, p.23 apud BENTO, 2012, p.63).

Neste sentido, desde cedo as crianças aprendem a conviver com outras crianças e adultos e assim passam a ter contato mais direto com as diferenças quando passam a frequentar o ambiente escolar, conseqüentemente começam a adquirir seus valores e os docentes carecem estar atentos para percepção de qual cidadão estão formando, e ofertarem práticas voltadas para a valorização da diversidade.

Seguindo ainda a sobre a análise direcionada aos procedimentos metodológicos utilizados pelas professoras para explanação do tema questões étnicas raciais na educação infantil, formulou-se uma indagação direcionada aos materiais pedagógicos utilizados pelas docentes como auxílio da implementação das questões étnicas raciais dentro do ambiente da sala de aula. Elas dissertam que:

Existem sim, livros paradidáticos que tratam e contam histórias das culturas africanas e indígenas e também sobre diferenças físicas e sociais. Estes livros são trabalhados na “Hora da história”, na qual logo após a contação é feita uma roda de conversa para se discutir e expor ideias sobre a temática abordada na obra. Contamos também com musicais que trazem a reflexão sobre as diferenças e a aceitação das mesmas. (professora A, 2017)

Existem diversos livros paradidáticos expostos no cantinho de leitura, como também na biblioteca que utilizamos nas leituras diárias com eles. Há também bonecas na sala e a própria **decoração** da sala tem um personagem, pois o tema da sala é a historinha da “**Princesa e o sapo**”. (professora B, 2017)

No acervo dos livros paradidáticos possuímos várias obras que ressaltam a cultura afro e suas maravilhas. Através de contação de história, como “Menina bonita do laço de fita”, pinturas, jogos e brincadeiras o tema é desenvolvido. (professora C, 2017)

Diante os relatos das docentes nota-se uma preocupação das mesmas para transmitir as questões das relações étnicas raciais desde cedo para as crianças e mostrar a elas que o mito de uma elite branca existente em nosso País precisa ser desmistificada e que nossa população é rica em culturas, pois a diversidade existente em nossa sociedade necessita ser vista de maneira positiva e os negros foram uns verdadeiros heróis da história de formação do Brasil.

Desde muito cedo, podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que esse mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. (BRASIL, 2014.p.15)

Neste âmbito o educador precisa está preparado para lidar com situações de preconceito, etnia, diversidade, existente dentro de sua sala de aula e preparar as crianças

desde cedo pra a questão da igualdade, do respeito, dos valores, pois a criança começa a socializar-se a partir do seu convívio e contanto com outras crianças e por sua vez passa a conviver com a diversidade que carece ser respeitada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador ainda não está totalmente preparado para lidar com as questões étnico-raciais no ambiente escolar, pois a educação brasileira ainda está voltada para uma visão elitista, com práticas de ensino pertencente a uma única cultura “a cultura branca” implantada no Brasil desde seu período de colonização, em que a desvalorização do povo negro, indígena e de classe baixa esteve presente e permaneceu durante muitos anos e ainda hoje prevalece de forma mascarada em nossa sociedade.

Este trabalho monográfico buscou por meio das reflexões, investigar quais as metodologias utilizadas por professoras da educação infantil para trabalhar as relações ético-raciais na escola, como elas percebem estas relações dentro do ambiente da sala de aula e como lidam com as questões raciais, diversidade, e preconceitos percebidos entre seus alunos.

Em relação aos documentos institucionais da escola em estudo, foi encontrada uma ausência na explanação sobre a lei 10.639\03 apenas uma exposição sobre valores e conhecimentos sócio-culturais, que estão previstos e elencados nos PCNs. Porém em seus anexos, no que se refere às Diretrizes da Rede Municipal de Ensino encontra-se um artigo que emite a obrigação da implementação da lei nas escolas do ensino regular, mas ainda existe uma lacuna entre esta afirmação e sua prática.

Ainda nos relatos das profissionais, é perceptível também a reclamação e insatisfação por não terem oportunidade de participarem de alguma formação a respeito da lei 10639\03 e seus decretos. Elas também ressaltam o pouco conhecimento que tem sobre a mesma, mas procuram transmitir o pouco que sabem de forma lúdica e criativa.

Nos relatos das docentes foram apresentadas semelhanças quanto às metodologias utilizadas para tratar das questões étnico-raciais no ambiente escolar e dentro da sala de aula da educação infantil, uma vez que as mesmas relatam utilizar-se de leituras de livros paradidáticos que retratam o valor e cultura do povo negro, como “Menina bonita do laço de fita”, “Os cabelos de Lelê” e a própria decoração das salas, uma vez que uma delas está decorada com o tema da “Princesa e o sapo” relatando a história de uma princesa negra. Além de utilizações de brinquedos como bonecas negras e brancas, que auxiliam na representação da diversidade existente na sociedade brasileira.

Nesta perspectiva o educador sente-se desorientado, que por sua vez não tem culpa de está confuso na transmissão das questões étnico-raciais, diversidade, valores, identidade

social, culturas, porque foi formado por meio de educação elitista que não enxerga e nem possibilita a implementação de outras culturas em suas práticas pedagógicas, pois ela é única e tenta unificar a sociedade mascarando o preconceito nele existente.

Diante das reflexões feitas ao longo da pesquisa pude perceber que a Lei 10.639\09 ainda é menos debatida no espaço escolar, mas que também existem alguns profissionais que demonstram algum interesse em aprender e repassar algo que diz respeito aos estudos étnico-raciais, mas que é necessário um interesse coletivo para que a lei realmente seja cumprida e assim eliminar o preconceito e o racismo existente em nossa sociedade.

A partir dessas reflexões fazem-se necessárias algumas sugestões para melhoria de ensino das relações étnico-raciais nas escolas e para formação de pessoas habitadas a conviver na diversidade de identidade social e cultural, tais como, primeiramente formações para equipe docente das instituições de ensino relacionadas a lei 10.639\03 para que esta não seja simplesmente jogada e escanteada, além de facilitar as práticas pedagógicas planejadas pelos docentes.

Portanto, não basta ainda criar leis e decretos na tentativa de desmascarar o preconceito, o racismo existente em nossa sociedade desde o período de colonização do Brasil, pois é necessário um olhar maior, não faz sentido tantas lutas e movimentos se a sociedade não é educada para respeitar as várias culturas nela existentes.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA, Walter Filho. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARUJO, José Carlos Souza. Fundamentos da metodologia de ensino ativa (1890-1931). In: Florianópolis: **37ª Reunião Nacional da ANPEd- UFSC**, 2015.
- AUSANI, Julio Cesar; POMMER, Roselene Gommer. O impacto da lei de cotas na Universidade Federal de Santa Maria: a compreensão dos alunos do ensino médio no estudo das religiões afro-brasileiras. Porto Alegre: In: **Revista do Lhiste**, num.3, vol.2, jul/dez. 2015.
- BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. [et al.], **Africanidade(s) e afrodescendência(s) : perspectivas para a formação de professores**. - Vitória, ES:EDUFES. 225 p. 2013.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo; TACCA, Daiane Paula. Multiculturalismo e diversidade cultural: **Uma reflexão**. Santa Catarina. In: **Unoesc & Ciência - ACHS** Joaçaba, v. 7, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2016.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: Educação infantil, igualdade racial e diversidade: **Aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo. In: **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT**, p. 98-114, 2012.
- _____. As relações étnico- raciais e a sociologia da infância no Brasil: Alguns aportes. In: Educação infantil, igualdade racial e diversidade: **Aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo. In: **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT**, p. 98-114, 2012.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**— São Paulo: Companhia das Letras, 1992,
- BLACKMAN, Ana Elisa de Carli. Lei de Cotas: **idas e vindas do debate sobre o acesso ao ensino superior – um estudo de caso da UnB**. Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília : MEC/SECADI, 2014.
- CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: **Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo, Summus, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: **representando nossa escola**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

DELLAM, Marcos Paulo; MORAES, Deisy Nara Machado de. Inclusão: Caminhos, encontros e descobertas. ____ In: **Revista de Educação do Ideau**, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: **um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana. Orgs. , Caminhos Convergentes: **Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

RESENDE, Marcelo Geraldo. As ações afirmativas e a política de cotas raciais: **Concretização ou violação de direitos**. Barbacena: UNIPAC, 2011.

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. **Negro, educação e multiculturalismo**: Editor Panorama, 2002.

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SANTOS, Hélia. A colonialidade do saber no ensino da história: **uma perspectiva pós-colonial intercultural**. In: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1\ensaios.php>, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995 p. 159-189.

SILVA, Janúncio Roberto de Paiva. O ensino da cultura afro-brasileira nos anos iniciais: **Como o professor do 2º ano desenvolve a sua prática de sala de aula a partir da educação étnico-racial?**. Caicó, 2016.

SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: Um problema de raça ou de classe?. Londrina: **Revista Mediações**, v.5, n.2, p.99-124, jul./dez.2000.

SILVA, Odair Vieira da. Trajetória histórica da educação escolar brasileira: **Análise reflexiva sobre as políticas públicas de educação em tempo integral**. In: <http://faef.revista.inf.br>, 2010.

SOUZA, Ilma Silva dos Santos. O Processo de apropriação da democracia racial durante a ditadura militar. Paraná: Cadernos PDE, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. In: **Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

APÊNDICE



Imagens das cenas do filme: A princesa e o sapo



Imagens da decoração da sala de aula. Jesika, 2017



Imagem do Momento de Leitura. Jesika, 2017

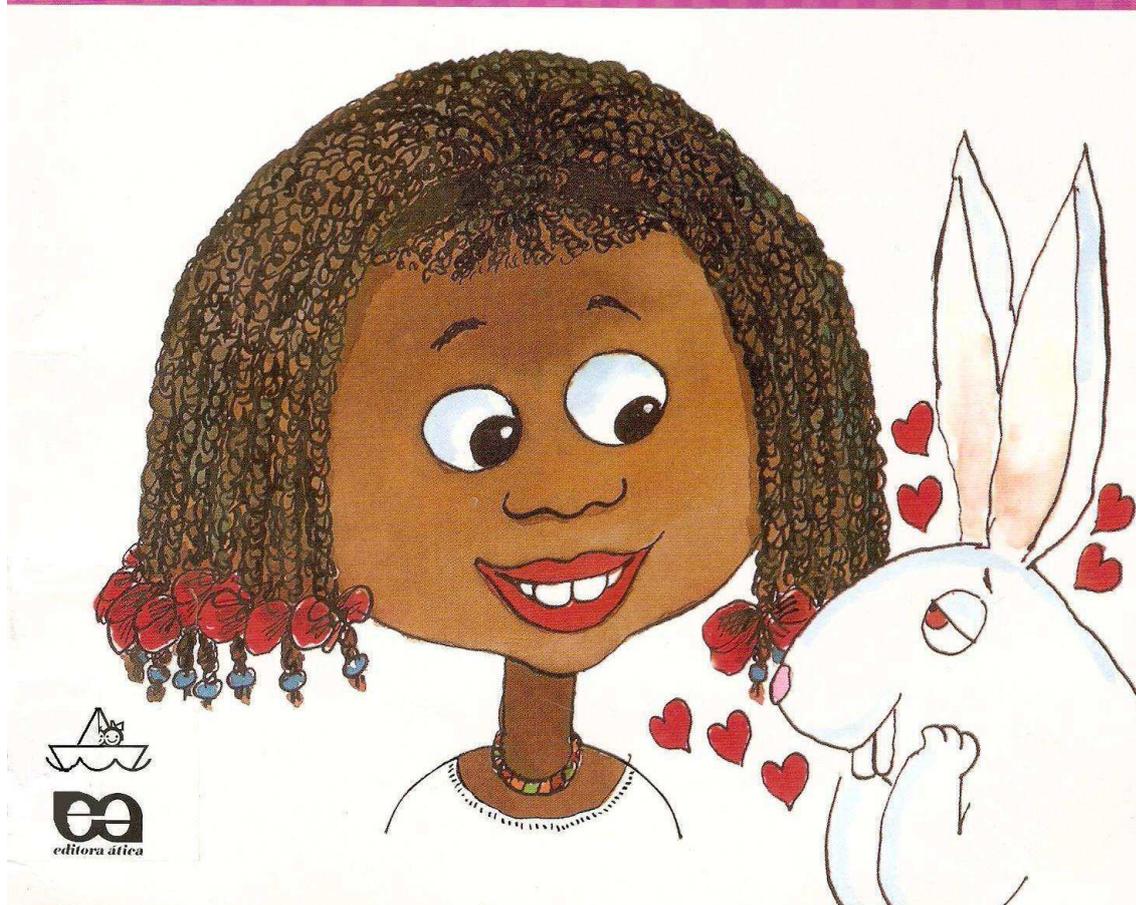


Imagem dos brinquedos da sala. Jesika, 2017

ANA MARIA MACHADO

Menina bonita do laço de fita

ilustrações Claudius





Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

TEMA: ARBODAGENS METODOLÓGICAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE QUESTÕES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA (LEI 10.639/03)

Este questionário está sendo aplicado para aquisição de informações que possam responder aos objetivos propostos nesta pesquisa e associá-las a base teórica com o propósito de esclarecer o conhecimento sobre as relações ético-racial dentro da educação, como ela é vista e trabalhada pelos docentes.

Tema 2: Compreensão dos professores sobre as questões ético-racial.

Questões:

1. Qual a sua concepção em relação à educação ético-racial na escola?
2. Você conhece a lei 10.639/03? Se conhecer comente um pouco sobre do que se trata ela.
3. Você concorda com implementação da Lei 10.639/03 nas escolas?
4. Em sua opinião esta lei é implementada na escola na qual você trabalha? De que forma? Dê um exemplo de uma atividade que você acredita que contempla esta lei na escola.
5. Você conhece algum documento institucional (PPP) da escola? Neste documento existe alguma proposta pedagógica relacionada às questões de etnia, preconceito racial ou racismo?
6. Você já teve a oportunidade de participar de alguma formação sobre a lei 10.639/03? Se já teve esta oportunidade comente um pouco sobre o que você absorveu para a sua prática como docente.

Tema 3: Utilização de materiais e procedimentos metodológicos dos professores.**Questões:**

1. Em sua opinião existe a necessidade de trabalhar as questões ético-racial no dia-a-dia da sala de aula na educação infantil? Por quê?
2. Como você percebe que as questões da etnia, da raça ou do preconceito acontecem dentro da sala de aula? Dê um exemplo de algo que lembra isto.
3. Você procura trabalhar na sua sala de aula sobre as questões ético-racial? Por quê?
4. Na sua sala de aula existe algum material pedagógico que lhe auxilia na implementação dessas questões ético-racial? Comente um pouco sobre como você os utiliza.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Nome: Erubete Bezerra de Medeiros
Escola: EMEF Francisco José de Santana
Idade: 52 Sexo: feminino Carga Horária: 30 hrs
Formação Acadêmica: Pedagogia
Pós-graduação: () Sim (X) Não – Qual (is): _____
Tempo de atuação no magistério: 17 anos

Entrevista

- Análise dos documentos institucionais da escola;
- Compreensão dos professores sobre as questões étnico-racial;
- Os procedimentos metodológicos das professoras e a utilização de materiais didáticos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Nome: Adalgisa Bandeira Nobre
Escola: E.M.E.F. Francisco José de Pontona
Idade: 38 Sexo: Feminino Carga Horária: 25 h/a
Formação Acadêmica: licenciatura plena em Letras
Pós- graduação: () Sim () Não – Qual (is): Língua, linguística e literatura
Tempo de atuação no magistério: 17 anos

Entrevista

- Análise dos documentos institucionais da escola;
- Compreensão dos professores sobre as questões étnico-racial;
- Os procedimentos metodológicos das professoras e a utilização de materiais didáticos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Nome: Nívia Janaina Rodrigues Coelho
Escola: EMEF Francisco José de Santana
Idade: 42 Sexo: Feminino Carga Horária: 30 horas
Formação Acadêmica: Pedagogia e Letras
Pós-graduação: () Sim () Não – Qual (is): Psicopedagogia
Tempo de atuação no magistério: 24 anos

Entrevista

- Análise dos documentos institucionais da escola;
- Compreensão dos professores sobre as questões étnico-racial;
- Os procedimentos metodológicos das professoras e a utilização de materiais didáticos.